

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá

SME-CUIABÁ

Técnico em Desenvolvimento Infantil

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS	11
■ ARTICULAÇÃO DO TEXTO.....	15
PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXO, OPERADORES SEQUENCIAIS.....	15
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	20
■ EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	22
■ SINTAXE	23
PROCESSOS DE COORDENAÇÃO	29
PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO	29
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	32
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	33
■ PONTUAÇÃO.....	39
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	42
■ FUNÇÕES DAS CLASSES DE PALAVRAS	46
FLEXÃO NOMINAL.....	47
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO	53
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	56
FLEXÃO VERBAL.....	57
■ ORTOGRAFIA OFICIAL E ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	66
■ NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO.....	67
USO DO HÍFEN.....	69
■ CRASE	70

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO.....	85
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	85
■ RACIOCÍNIO LÓGICO NUMÉRICO	90
PROBLEMAS ENVOLVENDO OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS.....	90
PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO SEQUENCIAL	92
■ CONCEITO DE PROPOSIÇÃO	94
VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES	94
CONNECTIVOS	94
Negação.....	94
■ ARGUMENTAÇÃO LÓGICA	96
DIAGRAMAS LÓGICOS E QUANTIFICADORES UNIVERSAL E EXISTENCIAL	97
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	106
■ IMPLICAÇÕES LÓGICAS.....	110
■ PROBLEMAS DE CONTAGEM.....	112
PRINCÍPIO ADITIVO.....	112
PRINCÍPIO MULTIPLICATIVO	112
LEGISLAÇÃO BÁSICA	115
■ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	115
ARTS. 37 A 41 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA.....	115
DA EDUCAÇÃO NA CF/88 (CAPÍTULO III – ARTS. 205 A 214).....	129
■ LEI Nº 9.394 DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB	133
■ LEI Nº 8.069 DE 1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	158
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 93 DE 2003 – ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ	211
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 220 DE 2010 – LEI ORGÂNICA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	212
■ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO.....	213
■ LEI Nº 5.956 DE 2015 – INSTITUI A GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL	215

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	221
■ CARGO SOCIAL DA ESCOLA	221
■ TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	221
■ TEORIAS E TENDÊNCIAS ATUAIS	221
■ INTERDISCIPLINARIDADE.....	222
■ DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	222
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM.....	223
■ PEDAGOGIA DA INFÂNCIA	224
■ DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO E COGNITIVO DA CRIANÇA.....	225
■ DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM VERBAL, CORPORAL E ESCRITA DAS CRIANÇAS.....	227
■ MANIFESTAÇÕES E TRADIÇÕES CULTURAIS LOCAIS E NACIONAIS	228
■ LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA	229
■ CONCEITOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS DE LINGUAGEM, CIÊNCIAS SOCIAIS, CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA COM FOCO NA VIVÊNCIA INFANTIL E CONSTRUÇÃO DA SUA AUTONOMIA.....	229
■ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PRINCÍPIOS E FINALIDADES.....	232
■ OS DIFERENTES PLANEJAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR	233
■ A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO DA CRIANÇA.....	235
■ A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CUIABÁ.....	238
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	238
■ DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	249

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO SOCIAL DA ESCOLA

O cargo social da escola se refere ao papel essencial que essa instituição desempenha na formação integral dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A escola não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas também contribui para o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, promovendo uma educação crítica e ética.

Por meio dessa formação, os alunos aprendem a questionar e refletir sobre a realidade em que vivem, sendo preparados para atuar ativamente na sociedade.

Além disso, a escola tem a responsabilidade de promover a igualdade de oportunidades, garantindo o acesso ao conhecimento para todos, independentemente de condições socioeconômicas, culturais ou físicas.

Ao desempenhar esse papel inclusivo, a instituição escolar contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais, funcionando como um agente de transformação social.

Outro aspecto fundamental do cargo social da escola é seu papel na mediação entre o conhecimento científico e a diversidade cultural.

Ao valorizar as diferentes culturas e promover o respeito às diferenças, a escola ajuda na construção de uma sociedade mais plural e democrática. Dessa forma, a educação se torna um elemento-chave para o fortalecimento da cidadania e da democracia, capacitando os indivíduos a participarem de decisões coletivas e a lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira refletem diferentes visões sobre o papel da escola e os métodos de ensino. A tendência

tradicional se destaca por seu enfoque na transmissão de conhecimento, com o professor no centro do processo e o aluno em uma posição passiva, apenas recebendo o conteúdo. O ensino tradicional valoriza a disciplina, a memorização e a repetição, buscando a formação intelectual por meio de métodos rígidos e formais.

Com o avanço industrial, surge a tendência liberal tecnicista, que se volta para a preparação de mão de obra qualificada, seguindo uma lógica de mercado. A educação passa a ser vista como um processo técnico, orientado por métodos científicos e planejamento detalhado. O foco está na eficiência, com uma forte ênfase em resultados objetivos e mensuráveis, tratando o ensino como um processo voltado para a produtividade.

Em contrapartida, a tendência progressista libertadora, influenciada pelas ideias de Paulo Freire, propõe uma educação emancipatória, na qual o aluno assume uma postura ativa e crítica. O professor atua como mediador, incentivando o diálogo e a reflexão, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a realidade social e possibilitar sua transformação. Nesse contexto, a educação é vista como um ato político, de libertação e autonomia, promovendo a participação ativa no processo de aprendizagem.

Por fim, a tendência progressista crítico-social dos conteúdos busca um equilíbrio entre a valorização do conteúdo e a crítica social. Aqui, o conhecimento é considerado essencial, mas deve ser abordado de forma reflexiva e contextualizada, levando em conta a realidade social dos alunos.

A educação tem o propósito de formar cidadãos conscientes e capazes de transformar a sociedade, conciliando a aquisição de saberes com uma postura crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

TEORIAS E TENDÊNCIAS ATUAIS

CONSTRUTIVISMO

Amplamente influenciado pelas ideias de Jean Piaget e Lev Vygotsky, o construtivismo foca no processo de construção ativa do conhecimento pelo aluno.

Nessa abordagem, o aluno é visto como protagonista do seu aprendizado, e o professor atua como facilitador, incentivando a exploração, a investigação e o desenvolvimento da autonomia. O aprendizado é entendido como um processo contínuo e dinâmico, no qual a interação social tem um papel fundamental.

APRENDIZAGEM SOCIOEMOCIONAL

Uma tendência atual que ganha força nas escolas é o foco no desenvolvimento das competências socioemocionais.

Baseada em abordagens como a teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner e em estudos sobre inteligência emocional de Daniel Goleman, essa tendência visa preparar os alunos não apenas cognitivamente, mas também emocionalmente, ensinando habilidades como empatia, autocontrole e resiliência.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Com o avanço das tecnologias digitais, a educação vem adotando cada vez mais o uso de ferramentas tecnológicas como parte do processo de ensino e aprendizagem.

As plataformas digitais, o uso de inteligência artificial e a gamificação são tendências que visam tornar o aprendizado mais interativo e personalizado.

O ensino híbrido, que combina momentos presenciais e a distância, tem se tornado uma abordagem comum, especialmente após o impacto da pandemia de covid-19.

REFERÊNCIAS

- GARDNER, H. **Estruturas da mente**: A teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- PIAGET, J. **A epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

INTERDISCIPLINARIDADE

Segundo Saviani (2003), é através da interdisciplinaridade que o conhecimento passa de algo setorializado para um conhecimento integrado no qual as disciplinas científicas interagem entre si. Isso quer dizer que a interdisciplinaridade é a resposta para superar a fragmentação e o caráter de especialização do conhecimento, consequências da tendência positivista, em cujas raízes estão o empirismo, o naturalismo e o mecanicismo científico do início da modernidade.

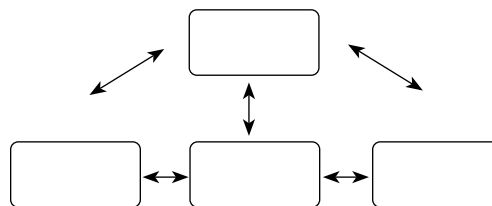
Bochniak (1992) afirma que a interdisciplinaridade é a forma correta de superar a fragmentação do saber instituída no currículo formal. Essa perspectiva transcende a justaposição das disciplinas. Mostra-se um “*processo de coparticipação, reciprocidade, mutualidade, diálogo, que caracterizam não somente as disciplinas, mas todos os envolvidos no processo educativo*” (BOCHNIAK, 1992).

Para Freire (1987), a interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura. Busca-se a expressão dessa interdisciplinaridade pela caracterização de dois movimentos dialéticos: a problematização da situação, pela qual se desvela a realidade, e a sistematização dos conhecimentos de forma integrada.

São pressupostos da interdisciplinaridade:

- Mais de uma disciplina trabalhadas em um projeto comum;
- Proporcionar significado ao saber através da troca de conhecimento entre áreas;

- Planejar de forma a considerar quais conceitos podem ser explorados por outras disciplinas;
- Trabalhar por projetos que propiciem a busca por soluções com a ajuda de diversas disciplinas.



Esquema ilustrativo sobre interdisciplinaridade

Como se pode observar pelo esquema, na interdisciplinaridade, existe cooperação e diálogo entre as disciplinas. Essa perspectiva envolve, entre outras, tendências pedagógicas, metodologias, conceitos etc.

Importante!

Durante uma reunião de planejamento de atividade em uma escola na qual a proposta de trabalho se pauta na interdisciplinaridade, é comum que os professores emitam comentários como este: “Precisamos um do outro para ampliar os conhecimentos. Isso implica coletividade, cooperação e inter-relação das disciplinas, o que exige a realização de um planejamento coletivo”, levando-se em conta que tal afirmação traduz o conceito de interdisciplinaridade.

Atente-se, pois esse comentário já foi alvo de questionamento em prova.

DIDÁTICA E METODOLOGIA DO ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A didática na educação infantil tem como foco principal a mediação entre o conhecimento e as crianças, respeitando suas necessidades e especificidades. Nessa fase, a aprendizagem ocorre de forma lúdica, explorando a curiosidade natural das crianças.

O papel do professor é criar situações de aprendizagem significativas, considerando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos, com atividades que promovam o prazer de aprender.

O planejamento pedagógico deve ser flexível e centrado no brincar como principal eixo da aprendizagem. A interação, a imaginação e o contato com o mundo físico e social são fundamentais para o desenvolvimento nessa faixa etária.

As metodologias ativas, como o trabalho por projetos e as experiências exploratórias, são amplamente utilizadas na educação infantil, permitindo que a criança participe ativamente do processo de construção do conhecimento. A pedagogia de projetos, por exemplo, incentiva a investigação, a experimentação e o trabalho colaborativo, conectando os interesses das crianças ao conteúdo pedagógico.

Outra metodologia relevante é a abordagem Reggio Emilia, que valoriza a expressão criativa, a autonomia e o ambiente como um “terceiro educador”. Essa abordagem considera a criança como protagonista do seu aprendizado, estimulando-a a explorar, criar e interagir com os colegas e o ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança:** A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias.** 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Para se tratar da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, é necessário fazer uma relação com uma abordagem do campo de estudos da psicologia. Dito isso, ressalta-se a definição da **psicologia evolutiva** como dimensão de estudos da psicologia do desenvolvimento da aprendizagem. Assim sendo, cumpre assinalar que:

[...] a psicologia evolutiva é a disciplina que se dedica ao estudo das mudanças psicológicas que, em uma certa relação com a idade, ocorrem nas pessoas ao longo de seu desenvolvimento, isto é, desde sua concepção até sua morte. (PALACIOS, 2007, p. 14)

Nesse sentido, cabe esclarecer que os estudos desse campo se iniciam com os estudos de crianças e adolescentes, por isso, é importante a compreensão da história social da infância. Quanto a isso, Palacios (2007, p. 18-19) indica o seguinte:

As ideias que temos hoje sobre a infância e os estilos de relação que temos com as crianças são fenômenos relativamente novos. Durante séculos, as crianças estiveram longe de ter a consideração social e os direitos que têm hoje; e as relações entre pais e filhos tinham muito pouco a ver com o que agora consideramos não só desejável (grande envolvimento do pai e da mãe desde o início da vida infantil).

Essa mudança quanto à concepção de infância é bastante significativa no que se refere aos processos educativos. Antes, as crianças eram vistas como adultos em miniatura e isso interferiu diretamente para a divisão de etapas do desenvolvimento humano que temos atualmente. Palacios (2007, p. 14) explicita que as mudanças no desenvolvimento humano seguem etapas, conforme:

Situamos as mudanças dentro da primeira infância (zero a dois anos), dos anos da educação infantil (dois a seis), dos anos do ensino fundamental (6 a 12), da adolescência (até o final da segunda década de vida), da maturidade (aproximadamente a partir dos 20 até os 65 ou 70 anos) e da velhice (a partir de, aproximadamente, 65 a 70 anos).

Nesse sentido, na área de conhecimento da psicologia, há de se considerar o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos:

[...] físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social – desde o nascimento até a idade adulta, isto é, a idade em que todos estes aspectos atingem o seu mais completo grau de maturidade e estabilidade. (BOCK et al., 2001, n.p.)

Uma teoria a ser destacada na área da psicologia é a do psicólogo e biólogo **Jean Piaget**, dada a sua produção contínua de pesquisas, o rigor científico de sua produção teórica e as implicações práticas de suas teorias no campo da educação (BOCK et al., 2001, n.p.). A teoria de Piaget sobre o desenvolvimento humano, portanto, tem como direcionamento a questão de “*como e por que o indivíduo se comporta de determinada forma, em determinada situação, neste momento de sua vida*” (BOCK et al., 2001, n.p.).

Considerar que a criança não é um adulto em miniatura é essencial para os estudos do desenvolvimento humano. Dito isso, a importância da teoria de Piaget está no que o autor apresenta sobre cada faixa etária compreender determinados tipos de aprendizagem. Sobre isso, Bock et al. (2001, n.p.) pontuam o seguinte:

Estudos e pesquisas de Jean Piaget demonstraram que existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária, isto é, existe uma assimilação progressiva do meio ambiente, que implica uma acomodação das estruturas mentais a este novo dado do mundo exterior.

Essa teoria, então, apresenta elementos que auxiliam o desenvolvimento das aprendizagens dos contextos escolares, já que todo o processo educativo poderá se direcionar por estas classificações de aprendizagem em cada faixa etária.

Além disso, há fatores que influenciam no desenvolvimento humano e, de acordo com Bock et al. (2001), são eles: hereditariedade, crescimento orgânico, maturação neurofisiológica e meio.

Dentre as diferentes perspectivas da psicologia que estudam o desenvolvimento humano, existem teóricos que explicam o comportamento humano através da interação sujeito-objeto:

[...] o que envolve a contribuição de processos hereditários, genéticos, maturacionais, bioquímicos, processos de estimulação ambiental e aprendizagem, entre outros fatores (COUTINHO e MOREIRA, 1999, p. 34)

Nas explicitações de Coutinho e Moreira (1999), tem-se o seguinte:

- **Hereditariedade e ambiente:** recorrendo a fatores da biologia, “entre as várias questões tratadas pela genética comportamental, encontra-se aquela que aborda a influência da hereditariedade nas atividades psicológicas humanas”. Nessa linha de pensamento, acredita-se que, de acordo com pesquisas, as características psicológicas em si que não são herdadas, mas, sim, um conjunto de programações para o seu desenvolvimento ou sua construção;
- **Ambiente:** os estímulos ambientais são fundamentais para o processo de desenvolvimento, pois a simples presença de uma estrutura geneticamente determinada é circunstância necessária,

mas não suficiente, para o desenvolvimento do indivíduo. Além disso, “*não existem, no indivíduo, propriedades biologicamente herdadas que determinam, por si só, o seu comportamento ou as suas aptidões psíquicas*”;

- **Maturação e aprendizagem:**

[...] *maturação se refere a padrões de diferenciação, resultando em mudanças ordenadas sequenciais e, algumas vezes, previsíveis do comportamento humano. A aprendizagem se refere ao conjunto de apropriação do indivíduo, resultante de suas relações com o meio ambiente.*

Um ponto a ser sublinhado é o que Jean Piaget propõe sobre os estágios de evolução mental de uma criança. Novôa *et al.* (2018, p. 123) apresentam esta informação da seguinte maneira:

[...] *(Fase Sensório-motor - nascimento ao 18º mês de vida; Fase Pré-operatório - 18º mês aos 8 anos; Fase Operatório concreto - 8 aos 12 anos; Fase Operatório formal -12 a 15 anos), em que cada estágio é um período no qual o pensamento e comportamento infantil é caracterizado por uma forma específica de conhecimento e raciocínio.*

Isso implica que a aprendizagem está relacionada ao modo como os indivíduos irão assimilar as suas interações com o meio. Portanto, como elucida Novôa *et al.* (2018, p. 123), “*a aquisição de conhecimentos depende tanto das estruturas cognitivas do sujeito como da relação do sujeito com o objeto*”.

Uma importante contribuição da teoria de Piaget para a educação diz sobre as etapas do desenvolvimento propostas pelo autor, que influenciam diretamente na aprendizagem dos indivíduos. Isso pode ser constatado nas explicitações de Nunes (*apud* DIAS, 2021, p. 949):

A importância do legado da pesquisa de Piaget para uma nova percepção sobre as crianças, seu desenvolvimento e sua forma de aprender, o que tem sido um elemento norteador dos educadores em tempos contemporâneos. Ao romper com os paradigmas da teoria pedagógica tradicional, em que se afirmava que a mente da criança era vazia e que estava à espera do conhecimento oferecido para ser preenchida, Piaget conseguiu revolucionar este pensamento ao proporcionar uma nova visão do aprendizado, na qual a criança torna-se ativa na percepção e recepção do conhecimento.

A educação escolar, quando pautada na teoria de Piaget, é centrada no aluno, de modo que as atividades são direcionadas diferentemente para cada faixa etária. Isso se dá de maneira que os processos de aprendizagem do ambiente escolar buscam uma educação

[...] *apoiada na autonomia responsável para a formação não só do conhecimento, mas também do caráter e dos valores morais desse indivíduo preparando-o tanto para a vida quanto para o mercado de trabalho.* (NOVÔA *et al.*, 2018, p. 136)

REFERÊNCIAS

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.
- COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. Trad.: Daisy Vaz de Moraes. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2ª ed. vol. 1. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- COUTINHO, M. T. C.; MOREIRA, M. **Psicologia da educação**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1999.
- NOVÔA; N. F.; FRANCO, S. C. D.; SILVA, H. A. Teoria de Piaget: revisão sistemática da produção acadêmica no campo da educação. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 3, n. 7, jan. - abr., 2018, p. 118 – 144. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/argumentos-proeducacao/article/view/280>. Acesso 12 jul. 2022.
- DIAS, V. N. As contribuições de Piaget para a educação no mundo contemporâneo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 4, abr. 2021, p. 944-958. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1044/497>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA

A pedagogia da infância valoriza a criança como um ser ativo, curioso e com capacidades próprias para construir conhecimento.

Nesse contexto, a infância é reconhecida como uma fase com características específicas, que deve ser respeitada e compreendida em suas particularidades.

A educação infantil, portanto, não deve ser uma antecipação da escolarização formal, mas, sim, um espaço para a exploração lúdica, criativa e social.

CRIANÇA COMO PROTAGONISTA

Na pedagogia da infância, a criança é vista como protagonista do seu processo de aprendizagem, interagindo com o meio, com os colegas e com os educadores.

O papel do professor é o de mediador, que oferece experiências ricas e desafiadoras para que a criança desenvolva suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. A aprendizagem ocorre em um ambiente de interação social, em que o brincar é central para o desenvolvimento integral da criança.

VALORIZAÇÃO DO BRINCAR E DA EXPRESSÃO

O brincar é um dos eixos fundamentais da pedagogia da infância, pois é por meio das brincadeiras que a criança experimenta o mundo, constrói significados e expressa suas emoções e pensamentos.

Além disso, a expressão artística (como o desenho, a música e a dramatização) é fortemente incentivada, visto que proporciona formas diversificadas de a criança comunicar suas ideias e sentimentos, fortalecendo sua autonomia e criatividade.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

KRAMER, S. **Por entre as pedras: arma e sonho na educação infantil.** 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2011.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO E COGNITIVO DA CRIANÇA

Inicialmente, é importante ressaltar o que se entende por **cognição**. Este conceito pode ser “concebido a partir de diversas abordagens: a psicologia cognitiva experimental, a neuropsicologia cognitiva, a ciência cognitiva computacional e a neurociência cognitiva” (HODGES e NOBRE, 2012, p.86).

Assim, torna-se importante destacar cada uma dessas abordagens, vejamos:

A Psicologia Cognitiva Experimental é apenas uma das disciplinas da Ciência Cognitiva, que se caracteriza pela utilização do método experimental para compreensão da cognição humana, utilizando pouca modelagem computacional e matemática, característico de outras disciplinas da Ciência Cognitiva (EYSENCK e KEANE, 2007, apud NEUFELD, BRUST e STEIN, 2011).

A **neuropsicologia cognitiva** está correlacionada com a psicologia cognitiva e neurociência, portanto, o seu foco está no comportamento e no cérebro, os quais são aprofundados em sua interdependência. De forma resumida, é possível dizer que essa perspectiva entende que a cognição está fortemente atrelada ao comportamento.

A **ciência cognitiva computacional** correlaciona a Ciência Cognitiva e a Ciência da Computação. Nesse sentido, investiga o funcionamento da mente humana e do computador, a partir de aproximações do funcionamento entre ambas.

A **neurociência cognitiva** é um campo de pesquisa que estuda como o cérebro sustenta as atividades mentais. Ou seja, como a cognição ocorre, a partir das funções cerebrais. Por meio de imagens cerebrais são analisados os sinais elétricos do cérebro em relação à cognição (EYSENCK e KEANE, 2017).

Além disso, de acordo com Eysenk e Keane, **cognição** relaciona-se aos

*[...] processos internos envolvidos em extrair sentido do ambiente e decidir que ação deve ser apropriada. Esses processos incluem **atenção, percepção, aprendizagem, memória, linguagem, resolução de problemas, raciocínio e pensamento** (EYSENCK e KEANE, 2007, apud HODGES e NOBRE, 2012, p. 86).*

Traremos, portanto, uma discussão a respeito de cada um desses processos.

Sobre a **atenção e percepção** é possível dizer que a partir delas, as crianças são capazes de se atentarem e captarem um ou mais estímulos do ambiente em que se encontram e são levados ao contato mediante a interação social.

Dentre as diferentes habilidades de leitura, temos a **atenção prolongada**, a **codificação visual** e também a **coordenação de informações**, tanto visual quanto fonológica, dentre outras. Essas habilidades tornam-se primordiais na aprendizagem da leitura e da escrita.

Quando remontamos à aprendizagem da escrita, é possível afirmar, de acordo com Hodges e Nobre (2012, p. 89), que dois aspectos merecem destaque:

[...] o domínio do sistema notacional e os conhecimentos acerca dos diferentes tipos de textos e gêneros textuais. Portanto, a escrita envolve o registro gráfico, mas não se resume a ele, da mesma forma que o entendimento da estrutura e das particularidades de um determinado tipo de texto ou gênero textual, por exemplo, não é suficiente para considerar o indivíduo alfabetizado. Ambos os aspectos envolvem, necessariamente, processos cognitivos.

Sobre o processo do aprendizado da leitura e da escrita, é importante destacar, com base em Hodges e Nobre (2012), a importância de **Emília Ferreiro**. Por meio da **psicogênese da língua escrita**, as ideias e os escritos da autora corroboram com a ideia de que esse aprendizado

[...] é essencialmente um processo conceitual, que demanda reflexão ativa e intencional e evolui por meio de elaborações de hipóteses, conflitos e reelaborações. A autora constata, assim, que a alfabetização não é um conteúdo a ser transmitido e recebido, mas um conhecimento linguístico a ser construído gradualmente a partir de determinadas representações cognitivas e para o qual as experiências linguísticas anteriores ao início da escolarização são fundamentais (HODGES e NOBRE, 2012, p. 89).

Sobre isso, é importante destacar que no processo de alfabetização as crianças deverão desenvolver algumas representações internas concernentes à leitura. Uma representação interna importante é a **direção da escrita** (na língua portuguesa escrevemos da esquerda para a direita). Outra aprendizagem importante é a **diferenciação das formas e sons das 26 letras do nosso alfabeto**. Compreender que há variadas maneiras de combinar vogais, semivogais e consoantes. Além disso, outro ponto importante é que, na escrita, cada grafema está relacionado a um fonema e não necessariamente a uma sílaba. Sobre isso é importante destacar que a aprendizagem da leitura e da escrita é gradual, processo que avança à medida que a criança vai adquirindo alguns conhecimentos.

Dica

Na maioria dos concursos para a área de pedagogia, costumam abordar questões a respeito das **fases da escrita** de acordo com a **Emília Ferreiro**.

Vale a pena conferir o material que trouxemos como **dica de estudos**¹, bem como pesquisar mais sobre.

MEMÓRIA

Além dos processos de atenção e percepção, a **memória** é um elemento cognitivo importante nos processos de leitura e compreensão.

A memória também tem importante papel quando se considera que, para compreender um texto, é necessário ativar conhecimentos prévios relevantes (tanto os adquiridos nas experiências de vida quanto aqueles adquiridos por meio de ensino formal) que estão armazenados na memória de longo prazo. O input textual vai ativar conhecimentos relacionados armazenados na memória de longo prazo, trazendo-os para a memória de trabalho. A memória de trabalho permite o armazenamento temporário de informações veiculadas no texto e de informações prévias resgatadas da memória de longo prazo para que o leitor construa relações entre elas, isto é, construa o sentido do texto. Portanto, uma memória de trabalho ineficiente dificulta a construção de um modelo mental do texto (KINTSCH, 1998, apud HODGES e NOBRE, 2012, p. 89).

LINGUAGEM

Sobre a **linguagem**, Hodges e Nobre (2012, p. 93) apontam que,

[...] embora o indivíduo desenvolva um conhecimento implícito sobre a linguagem escrita em seus contatos informais com ela, é no ensino formal, com situações de instrução explícita, que é estimulado a refletir deliberadamente sobre ela.

Deste modo, é possível afirmar que é a educação — mais diretamente, o ensino formal — capaz de possibilitar, através de um processo de ensino e aprendizagem intencional, o desenvolvimento da criança frente à leitura e à escrita.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, RACIOCÍNIO E PENSAMENTO

Ferreiro e Teberosky (1989) apontam como as crianças, evolutivamente, compreendem e desenvolvem suas representações internas acerca da escrita. Cada hipótese de escrita traz consigo descobertas e a construção de esquemas cognitivos que favorecem a emergência de esquemas mais sofisticados e que, por fim, culminam na competência da escrita ortográfica. Para as autoras, na evolução da escrita, uma das primeiras descobertas da criança refere-se à diferenciação entre marcas figurativas e não figurativas, ou seja, ela reconhece a diferença

entre letras, números, símbolos etc. Posteriormente, a criança vai gradualmente percebendo que, para escrever, precisamos representar sons, e a partir daí, constrói hipóteses mais sofisticadas sobre a escrita (HODGES e NOBRE, 2012, p. 89).

Segundo Hodges e Nobre (2012), alguns estudos afirmam que ao desenvolver a compreensão de textos, o leitor cria diferentes estratégias a partir de uma reflexão intencional sobre as informações e o rumo que se dá a cada uma destas “ou seja, **sobre os próprios processos de pensamento, caracterizando uma atividade metacognitiva**” (HODGES e NOBRE, 2012, p. 92).

SOBRE AS HABILIDADES COGNITIVAS

Métodos tradicionais da alfabetização (sintéticos, analíticos e mistos) focavam em treinar os estudantes, a partir da memorização, deslocada do aspecto conceitual do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, atualmente, considera-se a essência

[...] das habilidades cognitivas mais complexas, que resultam na produção de sentidos – aspecto essencial para o entendimento do sistema de escrita alfabética, a compreensão e a produção textuais. O aluno formula hipóteses, aciona conhecimentos prévios, faz inferências, decide quais informações são relevantes (na compreensão e na produção de textos), suprimindo aquelas de pouca relevância, monitora seu entendimento, avalia sua produção do ponto de vista do(s) destinatário(s) e da adequação à situação sociocomunicativa proposta. Essas habilidades cognitivas não são automáticas no aluno em processo de alfabetização e se beneficiam das habilidades metacognitivas e metalinguísticas, o que justifica a importância do processo de reflexão intencional e de autorregulação desde o início da alfabetização (HODGES e NOBRE, 2012, p. 89).

Desta maneira, caberá ao profissional atuar para que as habilidades cognitivas se desenvolvam, lembrando, claro, que se trata de um processo que acontece gradualmente.

Importante!

O artigo “Processos cognitivos, metacognitivos e metalinguísticos na aquisição da leitura e escrita. Teoria e prática da educação²” é muito completo, em relação a cada um dos processos cognitivos envolvidos na alfabetização. Por isso, vale a pena conferi-lo na íntegra.

REFERÊNCIAS

EYSENCK, M. W.; KEANE, M. T. **Manual de Psicologia Cognitiva-7**. Artmed Editora, 2017.
HODGES, L. D.; NOBRE, A. P. Processos cognitivos, metacognitivos e metalinguísticos na aquisição da leitura e escrita. Teoria e prática da educação. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 3, p. 07-21,

¹ Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/niveis-da-escrita/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

² Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/25490/pdf_34. Acesso em: 03 abr. 2023.

setembro/dezembro 2012, p. 89-102. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Teor-PratEduc/article/view/25490/pdf_34. Acesso em: 27 fev. 2023.

NEUFELD, C. B.; BRUST, P. G.; STEIN, L. M. Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental. **Psicologia: Teoria E Pesquisa**, n. 27, v. 1, 2011, p. 103-112. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100013>. Acesso em: 30 mar. 2023.

DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM VERBAL, CORPORAL E ESCRITA DAS CRIANÇAS

A BNCC prevê o campo “Traços, sons, cores e formas”, que foca na importância de possibilitar às crianças vivências de diferentes formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia), teatro e dança.

Para isso, é importante promover atividades de autoria (coletiva e individual) com as crianças. Por meio das suas **próprias produções artísticas ou culturais**, elas mobilizam sons, traços, canções, cores e manipulam diversos materiais.

Nesse contexto, visando ao desenvolvimento do senso estético e crítico, o conhecimento de si, dos outros e da realidade, a educação infantil tem potencial para promover a participação das crianças com tempos e espaços para a **produção, manifestação e apreciação artística**, tendo como centralidade a sensibilidade, criatividade e expressão pessoal das crianças.

A PROMOÇÃO DA LINGUAGEM ORAL E A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS

Um dos desafios na educação infantil é romper com a dicotomia entre o brincar e o aprender. Entendendo a **brincadeira como estratégia de ensino**, há possibilidades significativas de expressão oral, que remetem a muitos benefícios para as crianças, podendo contribuir para a aprendizagem de valores, socialização e discussão do cotidiano como forma de apresentação dos papéis sociais.

Segundo Wajskop

[...] a brincadeira é tanto prática social quanto linguagem particular da infância e, a partir daí, pode tanto representar um momento privilegiado nas aprendizagens infantis como pode se transformar em uma estratégia de ensino que colabora tanto no desenvolvimento da capacidade criativa como narrativa das crianças. (WAJSKOP, p. 1359, 2017)

Podemos considerar que há relações importantes entre as brincadeiras e as práticas pedagógicas. A ampliação do repertório linguístico e imaginário, se planejada e integrada, contribui para o próprio desenvolvimento dos processos de alfabetização e letramento, já que a partir delas “[...] as crianças desenvolvem habilidades de nomeação, descrição e explicitação semântica ao mesmo tempo em que tomam consciência de seu uso” (WAJSKOP, p.1369, 2017).

A oralidade, se trabalhada de forma crítica, amplia também os processos de percepção, compreensão e representação, já que envolve:

- Apropriação do sistema de escritas alfabéticas;
- Apropriação de sistemas de representação, como os signos matemáticos;
- Contato com registros artísticos, midiáticos e científicos;
- Diálogo com formas de representação do tempo e do espaço.

O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os documentos curriculares têm colocado a importância de compreender o desenvolvimento integral das crianças, em suas diferentes manifestações e considerando as diversas linguagens.

No caso do Ensino da Arte na Educação Infantil, segundo Araújo e Silva (2007), há uma concepção que considera a arte como desenvolvimento da expressão e da criatividade das crianças. Por isso, são comuns as seguintes atividades:

- Produção de desenho e pintura para a expressão do pensamento;
- Valorização e realização de visitas às apresentações artísticas (dança, teatro, cinema, circo, entre outras);
- Visitas em museus de arte e centros culturais.

Essas atividades, entretanto, muitas vezes não são planejadas e tornam-se simplesmente aula passeio. Faltaria, para Araújo e Silva (2007), a compreensão dos conhecimentos artísticos, a mediação do professor para a percepção dos produtos artísticos das próprias crianças e a superação de atividades “livres e espontâneas”.

Em torno dessas discussões, a BNCC destaca a intencionalidade educativa nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Os sentidos, gestos e movimentos das crianças contribuem para que elas explorem o mundo, produzindo conhecimentos sobre si, sobre o outro, principalmente quando envolve as diferentes linguagens.

É importante ressaltar o pensamento de Staccioli (2011), que analisa, por exemplo, a complexidade das representações gráficas, observando os desenhos de crianças pequenas, muitas vezes vistos como “ingênuos”. Segundo apresenta, ricos em metáforas visuais, envolvem curiosidade, indagação, expressão do corpo, emoções e de diferentes linguagens.

AS LINGUAGENS LITERÁRIA E ESCRITA

A linguagem literária, sob uma perspectiva que considera a criança como sujeito de direitos, pode permitir que a criança estabeleça relações significativas com o mundo, seu corpo e com emoções, mesmo que ela ainda não domine os códigos de leitura e escrita do processo de alfabetização.

Para isso, é preciso que os profissionais selecionem produções literárias que incentivem a fantasia, reflexão, o lúdico, e que sejam fonte de prazer e fruição para as crianças pequenas. Assim, expande-se e vai-se além de uma função formativa e informativa, ainda frequente em concepções conservadoras da infância.

Cabe ressaltar, também, que, para Simões:

[...] na perspectiva de uma concepção emancipadora da criança, a literatura infantil é, ao contrário, a expressão da palavra-arte em que a literatura

infantil não é exclusivamente informação, mas pluralidade de significados, possibilitando múltiplas interpretações e possibilidades de fruição, como, ademais, é a função de toda outra obra de arte: fonte de conhecimento, reflexão e prazer estético consistindo, justamente nisso, sua função formativa e emancipadora (SIMÕES, 2013, p. 233).

As atividades que envolvem a leitura literária, para serem feitas de forma intencional e sistemática, precisam levar em conta ainda:

- A seleção dos materiais;
- A análise do tema, ilustrações, trama, tamanho e estrutura do texto, entre outros elementos;
- A performance vocal do adulto;

No caso da linguagem escrita, há possibilidades para a aprendizagem na pré-escola com as crianças pequenas. Porém, é preciso considerar as especificidades e as características desses sujeitos.

A escrita inicial, por exemplo, não utiliza as convenções, embora haja o reconhecimento de que a escrita envolve tipos de sinais e símbolos particulares, tal como previsto na própria BNCC. Além disso, as histórias geralmente são formadas por desenhos, que são representações gráficas complexas e que apresentam emoções e formas surpreendentes de comunicação.

Por isso, nesse caso, é importante a postura docente para que se possa, segundo Calkins (1986), saborear aquilo que as crianças fazem, tratando-as com respeito e responsabilidades; e propiciar ambientes ricos em alfabetização, fornecendo tempo, materiais e encorajamento à escrita, que pode ser vista como uma oportunidade de criar e compartilhar criações.

Dica

Dê uma olhada no campo de experiências “Escuta, fala, pensamento e imaginação” da BNCC. É um espaço importante para se compreender as possibilidades de atividades com bebês, crianças bem pequenas e pequenas (categorização feita na proposta curricular).

A LINGUAGEM CORPORAL

Outra linguagem fundamental é a linguagem corporal. Estudos mostram que as oportunidades de aprendizagem das crianças são influenciadas pela oferta de materiais e de possibilidades que envolvam os sentidos, principalmente pela experimentação sensorial.

Atividades que exercitam os sentidos podem contribuir para um desenvolvimento amplo e prazeroso. Assim, as crianças ampliam a capacidade de explorar texturas, sabores, cheiros e cores de diferentes formas.

Crianças entre 2 e 3 anos, por exemplo, têm seu corpo como forma principal de expressão e para ser significativo é necessário sentir, experimentar e tocar; estimulando todas as percepções (olfativa, visual, gustativa, tátil e auditiva) e descobrindo as possibilidades corporais, pois é através do movimento que a criança expressa suas emoções, pensamentos e ideias.

AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando as discussões feitas, percebe-se que são vários estudos e propostas pedagógicas pautadas nas múltiplas linguagens envolvidas na educação infantil. Nos cotidianos das instituições, não está envolvida apenas a linguagem verbal, mas também a linguagem musical, a linguagem plástica, a linguagem informática, a linguagem cinematográfica, e outras linguagens artísticas, como o desenho, pintura, escultura, do corpo, da natureza.

Reconhecer a complexidade dessas linguagens é afirmar a multidimensionalidade das crianças. Essas não são constituídas apenas de aspectos cognitivos, muitas vezes considerados como a prioridade nessa e nas outras etapas da Educação Básica. Os corpos das crianças agem, observam, interpretam e pensam em um mundo cada vez mais imerso em linguagens, tecnológicas ou não.

Por isso, conhecer e envolver nas decisões as famílias, os profissionais e as crianças, são fundamentais para as creches e pré-escolas. Essas são espaços para educação e cuidado dos sujeitos envolvidos e precisam ser agradáveis, instigantes e abertas à curiosidade, ao inesperado e ao respeito.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clarissa Martins de; SILVA, Everson Melquiades Araújo. Tendências e Concepções do Ensino de Arte na Educação Escolar Brasileira: um Estudo a partir da Trajetória Histórica e Sócio-Epistemológica da Arte/Educação. 30ª Reunião Anual da ANPED – GT 24, **Anais...** 2007.
- CALKINS, Lucy McCormick. Introdução. In: CALKINS; Lucy McCormick. **A arte de ensinar a escrever** — O desenvolvimento do discurso escrito. Trad. Deise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- SIMÕES, Lucila Bonina Teixeira. Literatura infantil: entre a infância, a Pedagogia e a Arte. **Cadernos de Letras da UFF**. 2013, v.1, p. 219-242.
- STACCIOLI, Gianfranco. As di-versões visíveis das imagens infantis. **Pró-Posições**. Campinas, v. 22, n. 2 (65). Maio/ago/2011. p. 21-37.
- WAJSKOP, Gisela. Linguagem Oral e Brincadeira Letrada nas Creches. **Educ. Real**. [online], v.42, n.4, p.1355-1374.

MANIFESTAÇÕES E TRADIÇÕES CULTURAIS LOCAIS E NACIONAIS

As manifestações e tradições culturais desempenham um papel importante nas escolas, tanto na região de Cuiabá quanto em território nacional, sendo elementos fundamentais para a construção da identidade e para o respeito à diversidade.

Nas escolas da região de Cuiabá, as manifestações culturais locais, como o cururu e o siriri, são valorizadas e incorporadas ao currículo como parte da formação dos alunos. Essas danças tradicionais, acompanhadas por músicas típicas da região, são utilizadas para ensinar não só a cultura local, mas também para promover a integração entre as comunidades escolares e o resgate das tradições populares.

Eventos escolares, como a Festa de São Benedito e a Festa do Divino, são promovidos com o objetivo de fazer com que os alunos conheçam e participem ativamente dessas celebrações culturais.

Pedagogicamente, essas manifestações são tratadas como ferramentas importantes para o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, permitindo que as crianças compreendam a riqueza da cultura cuiabana e a importância de preservar suas raízes. O uso do brincar, da música e da dança reforça as interações entre os alunos e fortalece o senso de pertencimento à cultura local.

Em território nacional, as escolas utilizam manifestações culturais como o Carnaval, as festas juninas, o frevo, a capoeira e o bumba meu boi para reforçar a diversidade cultural presente em todo o país.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva a valorização e o ensino dessas tradições como parte do currículo escolar, promovendo o respeito às diferentes culturas regionais e a inclusão de todas as identidades culturais no processo educativo.

Nas escolas, projetos interdisciplinares são frequentemente organizados para explorar essas manifestações, como o uso da literatura de cordel no ensino da leitura e escrita, ou o estudo de danças e ritmos folclóricos em aulas de educação física e arte.

Essas práticas ajudam os alunos a compreender a multiculturalidade brasileira e a importância da preservação cultural, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades como a criatividade, o trabalho em equipe e o respeito pelas diferenças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017.
- KRAMER, S. **Cultura Infantil e Pedagogia da Infância**. São Paulo: Cortez, 2007.
- PAES, J. B. **Cultura Popular em Mato Grosso: Cururu e Siriri**. Cuiabá: Entrelinhas, 2012.

LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

A literatura infantil brasileira surgiu oficialmente no final do século XIX, com obras voltadas ao público infantil, embora muitas delas fossem adaptações de histórias estrangeiras.

Um marco importante foi a publicação de *A menina do narizinho arrebitado* (1920), de Monteiro Lobato, que é considerado o precursor da literatura infantil no Brasil.

Lobato criou o Sítio do Picapau Amarelo, um universo lúdico e pedagógico que marcou gerações e influenciou a forma como as histórias infantis passaram a ser contadas no país.

TEMAS E CARACTERÍSTICAS

A literatura infantil brasileira é marcada pela diversidade de temas, explorando desde o folclore e a cultura popular até questões sociais e educativas.

Autores como Ruth Rocha, Ana Maria Machado e Ziraldo são grandes representantes dessa produção, abordando temas como valores éticos, inclusão, cidadania e respeito à diversidade.

As histórias são geralmente envolvidas em narrativas lúdicas e imaginativas, permitindo que a criança desenvolva a criatividade, o senso crítico e o prazer pela leitura.

IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO INFANTIL

A literatura infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Por meio das histórias, as crianças têm contato com diferentes culturas, valores e experiências, o que contribui para sua formação integral.

A literatura brasileira contemporânea tem se preocupado cada vez mais com temas como inclusão, igualdade de gênero e respeito às diferenças, reforçando o papel formador e humanizador da leitura.

REFERÊNCIAS

- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2007.
- LOBATO, M. **A menina do narizinho arrebitado**. São Paulo: Globo, 1920.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 7ª ed. São Paulo: Global, 2003.

CONCEITOS ESPECÍFICOS DAS ÁREAS DE LINGUAGEM, CIÊNCIAS SOCIAIS, CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA COM FOCO NA VIVÊNCIA INFANTIL E CONSTRUÇÃO DA SUA AUTONOMIA

LINGUAGEM E ESCOLA: UMA PERSPECTIVA SOCIAL – MAGDA SOARES

Magda Soares é uma grande referência do ensino de língua portuguesa e dos processos de alfabetização. Nesse livro, ela traz algumas discussões importantes sobre o fracasso escolar e as questões de “deficiência” linguística.

A obra é dividida em:

Introdução;

- **O fracasso da/na escola:** que abrangerá discussão sobre a escola do povo trabalhar contra o povo, da ideologia do dom, da ideologia da deficiência cultural, a ideologia das diferenças culturais e o papel da linguagem;
- **Deficiência Linguística?:** capítulo que apresentará discussões sobre a patologização da pobreza, a hipótese de déficit linguístico, a colaboração de Bernstein e a lógica e fracasso das soluções;
- **Diferença não é deficiência:** onde se discutirá o mito da deficiência linguística, a contribuição de Labov, o bidialetalismo;
- **Na escola, diferença é deficiência:** onde terão discussões sobre deficiência, diferença e opressão, a economia das trocas linguísticas e a solução não estar na escola;

- **Que pode fazer a escola?:** onde se apresenta respostas das três teorias, uma crise no ensino da língua, a escola redentora, a escola impotente, a escola transformadora;

Vocabulário Crítico;

- **Bibliografia comentada.**

A autora apresenta-nos o relato de que o discurso em favor da educação popular é bem antigo no Brasil e que expressões como “igualdade de oportunidades educacionais” e “educação como direito de todos” se tornaram lugar comum, num discurso repetido em favor do processo de democratização do ensino, mas que não se respalda na realidade. A escola que existe, segunda a autora, é antes **contra** o povo do que **para** o povo. Isso porque os índices de evasão e de repetência são altíssimos e o padrão de qualidade ainda deixa a desejar.

A partir dessa realidade, surgem algumas explicações para esse **fracasso escolar**. A primeira explicação é entender a **ideologia do dom**. Nessa explicação, a origem do fracasso escolar não está na escola, mas sim no estudante e na sua incapacidade de se adequar à escola. Apesar de muito divulgada, até os dias atuais, essa teoria perde força quando se identifica que a maior quantidade de casos de fracasso escolar se encontra sempre entre as populações mais pobres.

Considerando esse dado, surge a **ideologia da deficiência cultural**. De acordo com essa explicação, as diferenças sociais teriam suas origens em diferenças de aptidão. Ou seja, pessoas mais inteligentes, justamente por isso, seriam aquelas que são mais ricas e poderosas. Portanto, seria natural que os alunos mais pobres ficassem mais suscetíveis ao fracasso escolar.

Depois, começou-se a defender a ideia de que os alunos mais pobres sofriam de deficiência cultural. Essa explicação, para Soares, é inaceitável, visto que parte do princípio de que existem então culturas superiores e melhores (das populações mais abastadas) e culturas inferiores. No processo de crítica dessa teoria, começam a defender que o que existe são **diferenças culturais** e não **deficiências culturais**.

Com base nessas discussões, surge uma terceira explicação para o fracasso escolar: a **ideologia das diferenças culturais**. Essa teoria explica que a escola, por ser uma instituição a serviço da sociedade capitalista, irá valorizar e assumir a cultura dominante. Assim, a cultura das populações mais pobres é desqualificada, considerada “errada”.

A explicação apresentada de deficiência cultural aponta também para a existência de um “**deficit linguístico**”. Essa teoria aponta que as crianças mais pobres chegam na escola com uma linguagem deficiente, vocabulário pobre, sintaxe confusa e inadequada, com muitos “erros” em comparação com a forma culta de leitura, escrita e linguagem oral. Esse deficit seria, então, o principal responsável pelas dificuldades de aprendizagem desses alunos na escola.

Basil **Bernstein** foi um sociólogo inglês que acabou contribuindo nessas teorias. Sua tese, da década de 60, afirma a existência de dois tipos de linguagem, que são determinados pela origem social e que relacionam a classe social da criança com seu rendimento escolar.

A ideologia da deficiência cultural apresentou uma resposta confortável ao problema do fracasso escolar, ocultando o problema da desigualdade de riqueza dentro da sociedade capitalista e deixando de apontar a responsabilidade da escola nesse processo de fracasso escolar.

Porém, esse fracasso escolar começa a colocar em xeque o ideal democrático de igualdade de oportunidades e, por conta disso, começaram a surgir programas de **educação compensatória**, que são preventivos e que se fundamentam na ideia da oferta de pré-escola como forma de diminuir essas deficiências culturais.

Esse conceito de educação continua desviando a atenção dos problemas que se encontram na escola, atribuindo toda a responsabilidade pelo fracasso escolar ao estudante e a sua família.

O mito da **deficiência linguística** também é apresentado pela autora nessa obra. Ela afirma que essa ideia foi cunhada por sociólogos e, principalmente, por psicólogos, e que são amplamente criticadas pelos linguistas. Essa ideia prevê que existam línguas e/ou variedades linguísticas melhores ou superiores a outras.

*Pesquisas sociolinguísticas a respeito do dialeto popular em várias regiões do Brasil mostram que a ausência de flexão de número e pessoa na concordância verbal não é um erro cometido por ignorância de quem fala mas, ao contrário, evidencia a existência de uma regra aplicada de maneira sistemática e não aleatória, uma **regra** da gramática do dialeto popular (SOARES, 2011, p. 42).*

Ou seja, a linguagem popular não é nem deve ser considerada inferior ou pior que a norma culta. É apenas diferente.

Labov, que estudava as relações entre linguagem e classe social, foi um importante crítico da teoria da deficiência linguística. Ele também percebe que as atitudes escolares, em especial as de avaliação, eram ameaçadoras e muito descoladas da realidade para as crianças das classes mais populares (já que as crianças das classes superiores eram mais “acostumadas” a situações de teses e de uso descontextualizado da língua em realização de tarefas), o que podia indicar um dos motivos que levavam ao fracasso escolar das crianças mais pobres.

Considerando que o dialeto utilizado pelas crianças costuma ser diferente do utilizado pelos alunos, é preciso alguma mudança para “equilibrar” essas questões. Existe a defesa de que a mudança deveria se dar através da mudança de postura dos professores, mas o que frequentemente acontece é a postura do **bidialetismo**: falantes de dialetos não padrão devem aprender a usar o dialeto padrão, para usá-lo nas situações em que é requerido.

Convém ressaltar que tanto a teoria da deficiência linguística quanto a teoria das diferenças linguísticas consideram a escola como um local de superação da marginalização estrutural das populações mais pobres, porém sem nunca questionar as causas dessa marginalização estrutural. Não se considera um aspecto importante para essa discussão: a opressão exercida pelas classes dominantes, com a mediação da escola, em cima das classes dominadas.